

Senado aprova indicações de Sarney 80

por Adriana Vera e Silva
de Brasília

O Senado aprovou ontem duas indicações feitas pelo presidente José Sarney. O vice-governador de Goiás e interventor de Goiânia, Joaquim Roriz, vai assumir o governo do Distrito Federal e o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, vai para o Tribunal Superior do Trabalho. Os dois nomes foram aprovados em vinte minutos de sessão realizada a portas fechadas.

Joaquim Roriz somou 33 votos favoráveis e 14 contrários — 3 a mais do que o número de votos "não" obtido pelo senador Alexandre Costa, também indicado pelo presidente Sarney para o governo de Brasília. Para o senador Maurício Correa (PDT-DF), que votou contra Roriz na Comissão do Distrito Federal do Senado nesta semana, "a aprovação dele não foi tranquila. Houve uma oposição, uma espécie de alerta avisando que o novo governador será vigiado. Vamos avaliar sua obra".

Outro senador do Distrito Fede-

ral, Meira Filho (PMDB-DF), defendeu o nome de Roriz na Comissão do DF e disse, ao final da sessão que o aprovou, estar "feliz por Brasília. Agora vamos nos sentar à mesa para conversar sobre a composição do secretariado da capital do País", completou.

A indicação de Pazzianotto para ser ministro do TST foi aprovada com 36 votos favoráveis e 12 contrários. Na última quarta-feira, o ministro do Trabalho foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que avaliou seus conhecimentos para assumir o novo cargo.

Além de Roriz e Pazzianotto, o Senado ratificou ontem as indicações do atual subprocurador geral da Justiça do Trabalho, Wagner Pimenta, para ser ministro togado do TST e de José Eduardo Barbosa para ser conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

A proibição de produção, comercialização e uso de aerossóis que contenham o gás clorofluorcarbono foi também aprovada

ontem pelo Senado. O projeto de lei do deputado Francisco Rollemberg (PMDB-SE) prevê, entre outras penas, o cancelamento do registro de empresas que não respeitem a proibição.

O clorofluorcarbono é o responsável pela destruição da camada de ozônio que envolve a Terra, e protege o planeta da radiação dos raios ultravioleta vindos do sol. Sem o ozônio, aumentaria a incidência de queimaduras de pele e do câncer dermatológico, entre outros efeitos, acentuados nas zonas tropicais.

Os aerossóis — que consomem 8% do clorofluorcarbono produzido no Brasil — podem substituir o gás prejudicial à ecologia por butano ou propano. A grande maioria do CFC, entretanto, é consumida pelos sistemas de refrigeração, onde o gás é insubstituível. Por serem fechados, os sistemas de refrigeração propagam menos gás para a atmosfera do que os aerossóis.

O projeto de lei aprovado ontem pelo Senado será examinado pela Câmara dos Deputados. Na Câmara existe outro projeto idên-

tico que será, por sua vez, examinado pelo Senado. A existência dos dois projetos foi um acidente regimental. Depois de aprovados, um deles será anulado.

A carta enviada pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), colocando-se à disposição dos senadores para dar depoimento em plenário, provocou duas horas de discussão na sessão de ontem.

Membros da CPI da corrupção, acusados pelo ministro de estarem envolvidos em atividades criminosas e imorais, solicitaram a sua presença. "Ministros de Estado só podem vir ao plenário espontaneamente para falar sobre sua pasta ou dar esclarecimentos de projetos. Convocar o ministro Antônio Carlos Magalhães não seria regimental", disse Humberto Lucena.

Existe um pedido de convocação do Senado para Magalhães, mas segundo Lucena, "os líderes de todos os partidos estão contra esta convocação".